

Editorial

Os desafios da nova gestão do Sintrajud

Queremos agradecer a todos os servidores e servidoras que participaram dos espaços de debate e ajudaram na divulgação de nossas propostas e materiais e votaram na chapa “Unidade e Luta Para Defender Nossos Direitos e Garantir Novas Conquistas” nas eleições do Sintrajud.

Nossa chapa foi construída em meio a momento de intensa correria e agitação na categoria, com preparação da campanha salarial de 2011, inúmeras assembleias e reuniões do Conselho de Base e reuniões ampliadas da federação em Brasília, realização do Congresso do Sintrajud e outras tarefas que se impunham, no esforço coletivo de defender os interesses e direitos da classe.

Na construção da chapa, demos início a um debate que queremos aprofundar nas instâncias da entidade, sobre a importância e papel do sindicato, principalmente em tempos de ataques e congelamento de salários como o atual, onde o governo Dilma tenta impor sua política de reajuste zero ao conjunto do funcionalismo, o que nos leva à necessidade de aprofundar o debate e a reflexão sobre as políticas e projetos prioritários que a entidade deve tocar ao longo do próximo período para fortalecer sua atuação e enfrentar esta política de desmonte e retirada de direitos.

“Nossa chapa assumiu o compromisso de dialogar e ouvir todos os segmentos e setores da categoria, reafirmando compromisso com a unidade”

Temos como um dos principais desafios a ser enfrentado por esta direção a busca da unidade da categoria para garantir a aprovação do Plano de Cargos e Salários que tramita no Congresso há quase dois anos, e ao mesmo tempo evitar o congelamento dos valores de benefícios como auxílio-alimentação e plano médico, e outros, como o governo Dilma tenta impor na tramitação da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Nossa chapa assumiu publicamente o compromisso de dialogar e ouvir todos os segmentos e setores da categoria, reafirmando, com esta postura, nosso compromisso com a unidade, que se expressa na definição da pauta de reivindicações a ser buscada e na construção da luta, que tem sido fundamental e determinante para a conquista das vitórias obtidas ao longo da história de nossa entidade, como na aprovação dos três PCS anteriores, 11,98%, quintos, melhoria das condições de trabalho etc. Mas esta busca da unidade não pode estar dissociada do fortalecimento das instâncias da entidade e do respeito às suas deliberações por todos os servidores que compõem a categoria.

O momento exige a unidade de todos nós, onde cada um deve assumir a parcela de responsabilidade que lhe cabe, para garantir que nossa entidade cumpra o seu papel de conduzir a luta pela melhoria dos nossos salários e defesa de nossos direitos.

Calendário une luta por PCS à campanha geral pela data-base em agosto

Calendários de mobilizações do Judiciário pelo PCS-4 e da campanha geral do funcionalismo em defesa de direitos ameaçados e pela data-base com revisão linear dos salários, tema em julgamento no STF, têm atividades marcadas para agosto, em Brasília. Dentre os objetivos, romper com 16 anos sem data-base, descongelar os salários e pressionar para que a Lei Orçamentária de 2012 contemple os servidores.

Páginas 4, 5 e 6



Servidores na assembleia no TRF: contra o aumento

Indignados, servidores do TRF e da JF preparam reação contra novo aumento do plano de saúde

Em mais um ataque, a administração informou que, já em agosto, o aumento será de 12,5% e mais a inclusão da cobrança de co-participação de 20% nos procedimentos médicos. Servidores decidiram reagir. No dia 21 de julho, nova assembleia, às 14h, na frente do TRF-3.

Página 7

TRT-2 sobrecarrega categoria com 40% a mais de processos por servidor do que média nacional

Página 3

Editais convocam assembleia geral e conselho de base

Página 2

Inscrições abertas para a 7ª Copa Sintrajud de Futebol Society

Página 8

Assédio moral é estratégia e não ato isolado, diz pesquisadora

Páginas 6 e 7

Reunião dia 25 do funcionalismo no Sintrajud defende aposentadoria

Página 6

Edital de Convocação da 32ª Reunião do Conselho de Base do Sintrajud/Sp

O Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo – SINTRAJUD, por seus coordenadores gerais, em conformidade com o Estatuto Social da Entidade (conforme parágrafo 1º do artigo 25), faz saber que fará realizar a 32ª REUNIÃO DO CONSELHO DE BASE DO SINTRAJUD, nos dias 06 e 07 de agosto do ano corrente, a partir das 10 horas, em primeira convocação – no auditório do SINTRAJUD, situado a Rua Antonio de Godoy, nº 88, 15ª andar, Centro, São Paulo/SP.

PAUTA:

1. Análise de Conjuntura (avaliação do cenário político, econômico e social no qual se inseriu a luta dos trabalhadores com o governo da presidente Dilma Roussef neste primeiro semestre)
2. Informes gerais (locais de trabalho e negociações em Brasília)
3. Retomada no 2º semestre das mobilizações pelas Campanhas de Aprovação do PCS-4 e Contra o Congelamento Salarial
4. Construção do calendário de mobilização nacional e estadual em defesa do PCS-4 e contra o PLP 549/09”
5. Oficina “Trabalho e Saúde” com a monitora Ana Paula Lopes do Santos (psicóloga, doutora em Saúde Coletiva pela USP e assessora de Saúde do Trabalhador do SINTRAJUD)
6. E, outros assuntos de interesse da categoria

A 32ª Reunião do Conselho de Base é aberta para todos os associados com o direito a voz. Competindo a Diretoria Executiva, Direção de Base e Representantes dos Aposentados, o direito a voz e voto. Para que os eventos ocorram com empenho e organização, solicitamos aos interessados a confirmação de presença até o dia 04 de agosto de 2011 (quinta-feira), às 16h, no telefone: (11) 3222-5833, com as funcionárias Juliana e Telma, e/ou por e-mail: secpolitica@sintrajud.org.br, desta forma, podemos garantir a infra-estrutura necessária do evento.

São Paulo, 19 de julho de 2011.

Adilson Rodrigues Santos - Inês Leal de Castro
Coordenadores Gerais

Edital de Convocação da Assembleia Geral do Sintrajud/Sp

O Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo – SINTRAJUD, por seus coordenadores gerais, em conformidade com o Estatuto Social da Entidade (conforme artigo 37), faz saber que fará realizar a ASSEMBLEIA GERAL, no dia 06 de agosto do ano corrente, no auditório desta entidade, situado a Rua Antonio de Godoy, nº 88, 15ª andar, Centro, São Paulo/SP, a partir das 17 horas, em primeira convocação e as 17h30 com qualquer quorum, para discutir e deliberar sobre a seguinte pauta:

1. Retomada no 2º semestre das mobilizações pelas campanhas de aprovação do PCS-4 e contra o congelamento salarial;
2. Aprovação e construção do calendário de mobilização nacional e estadual em defesa do PCS-4 e contra o congelamento salarial;
3. Apresentação e aprovação das reivindicações dos locais de trabalhos;
4. Eleição dos(as) delegados(as) a Reunião Ampliada da Fenajufe, no dia 25/08/2011, em Brasília/DF.
5. E, outros assuntos de interesse da categoria.

São Paulo, 19 de julho de 2011.

Adilson Rodrigues Santos - Inês Leal de Castro
Coordenadores Gerais

Ideias

Um espaço para a livre expressão de opinião.

Os artigos não refletem necessariamente a opinião da diretoria do Sintrajud

Compatriotas e colegas de trabalho,

*Luiz Carlos de Moraes e Silva

A despeito da importância da discussão sobre as peculiaridades de uma e de outra forma de remuneração (se contra ou a favor do subsídio-PCS) do Poder Judiciário, lamentavelmente, como categoria profissional, estamos agora intempestivos quanto ao principal fator de barganha na negociação com o governo, pois já tivemos uma mobilização em 2010 (e greve parcial) às vésperas de um processo eleitoral para a presidência da república, e nos deixamos bater quando tudo nos era favorável (suspensão de prazos no judiciário) e adesão imprescindível dos TRES já ao final da mobilização, pois está claro como o dia mais límpido do verão na linha do equador que o governo não pretende (e não tem a menor pretensão) de conceder qualquer reajuste à categoria.

E não devemos nos iludir porque, se quando mais tínhamos motivos políticos para consegui-lo, não conseguimos, não será agora com o governo eleito, empossado e garantido por quatro anos, que teremos alguma possibilidade de obtê-lo a curto prazo.

Que as lições do passado nos ensinem que num sistema representativo, se representam os interesses de cada setor da sociedade, quando cada setor representado se faz agente engajado na busca de suas próprias afirmações, ou por representantes ativos e participativos, ou por sua própria adesão à luta, como exemplificam o Corinthians na obtenção de concessões fiscais à construção de seu estádio; o grupo Pão de Açúcar na obtenção de recursos pú-

blicos para uma fusão privada com um grupo privado estrangeiro; ou como ainda no mais belamente exemplo cívico que já vi, quando as mães da Praça de Maio, na Argentina, lograram revogação de três leis federais que beneficiavam os fuzis, granadas e canhões em detrimento da carne, do sangue e da vida de seus filhos, apenas com um bater insistente, incansável, estridente, de garfos em panelas.

Aqui no Brasil dar para se ouvir o bater das asas de um Aedes Egypt ...

*Técnico judiciário RF – 6111 – “De férias e lendo o livro ‘A Batalha pela Espanha, a guerra civil espanhola 1936-1939’, que tanto teria a nos ensinar sobre a construção de uma sociedade; e vivendo crise de identidade por ser brasileiro”.

E atenção: o nosso país está ocupado por alienígenas!!!

Rodrigo C. de O. Tietzmann*

Se você deixar de lado a diáde capitalista-socialista ou sua nova versão fusionista desta pseudo esquerda em vigor, verá que temos um mundo essencialmente ocidental e outro mundo essencialmente oriental. Destaco que o mundo ocidental é regido pelas máquinas e tecnologias e o oriental pelo desenvolvimento da mente, do eu interior.

Pois bem, o nosso cronotopos brasiliensis, fruto deste capitalismo amoral, desenvolve-se e cria disparates a ponto de uns ganharem mais, outros menos e ainda outros, agora alienígenas, receberem seu stock (palavra que deu origem ao capital, conota vareta pra alcançar algo distante) não em unidade monetária, mas em unidades salariais mínimas. Assim, Fulano ganha R\$ 300, Beltrano R\$

600, Sicrano R\$ 700, mas Tetrano, alienígena, ganha SM 300. Espero que isto não tenha relação intrínseca com a crise espiritual de falta de consciência ou de vergonha pra deixar Hospitais precarizados, Delegacias abandonadas ou adotadas por pessoas físicas, educação ao Deus dará, e brevemente, um Judiciário muito mais precarizado, fruto deste individualismo, deste egocentrismo e deste isolamento altista que vivemos no ocidente.

Veja o outro lado do mundo, o Oriente, onde as pessoas levitam, movem objetos, ficam dias sem comer, deitam em cama forrada de pregos pontiagudos...enfim, propício para o capitalismo. Ademais, as empresas capitalistas em geral, que muito querem vender, fugindo das greves e das

lutas equalitárias, procurando garantir suas explorações sem contestação ou reação, chegam aos montes ao Oriente, contratam pessoas animistas, que acabam trabalhando mais do que o período anterior a Revolução Francesa por menos salário, sendo que os trabalhadores mal sabem dos suplícios que passarão para receber um pequeno salário de subsistência, que resultará em dificuldades para pagar seus remédios. É a expansão da cultura imperialista lá no Oriente, porque aqui, com todos os óbices criados, o oriental, que foge da esquerda totalitária de liames com a direita não tão diferente assim, “non senta carton”. Que a força esteja conosco!

*Servidor na Justiça do Trabalho SP.

IDEIAS - textos para essa seção devem ser enviados por email para imprensa@sintrajud.org.br, contendo no máximo 2.000 toques. Textos com excesso de caracteres serão devolvidos ao autor.

Jornal do Judiciário Órgão Oficial do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo

Sede: Rua Antonio de Godoy, 88/16º - São Paulo/SP - CEP 01034-000 - tel. (11) 3222 5833 - fax 3225 0608 - e-mail: sintrajud@sintrajud.org.br / Subsele Baixada Santista: R. Proost de Souza, 35 - Santos/SP - cep 11040-090 - e-mail: sintrajudsantos@uol.com.br - tel. (13) 3238 3807 / Subsele Barra Funda: e-mail: subselebarrafunda@sintrajud.org.br - tel. (11) 3392 3728 / 3525 9672. Jornalistas: Carlos Eduardo Batista e Vivian Costa Colaboradores: Hélio Duarte Filho Diagramador: Diego Planamente Tiragem: 13.000

DIRETORIA: Adão Sérgio de Souza, Adilson Rodrigues dos Santos, Angélica Olivieri, Antonio Carlos, Antonio dos Anjos Melquiades (Melqui), Cleber Borges de Aguiar, Erlon Sampaio, Fausta Camilo de Fernandes, Filipe Joel Gomes Lira, José Carlos Sanchez, José Dalmo, Henrique Costa, Inês de Castro, Ivo Oliveira Farias, Leica Silva, Maurício Rezzani, Tarcísio Ferreiras.

TRT-2 tem quase 40% mais processos por servidor do que restante do país

Estudo mostra que tribunal de São Paulo conta apenas com 11,16% dos servidores na Justiça Trabalhista Nacional

Foto Joca Duarte

Por Vivian Costa e Caê Batista

Processos nos armários, sobre as mesas, no chão. Quando se vê de fora, parece que os servidores estão soterrados debaixo de tantos processos. Essa é a realidade suportada pela maioria dos servidores no país, que se agrava no caso da Justiça Trabalhista na 2ª Região: um servidor da JT em São Paulo recebe 39,26% a mais de processos do que seus colegas de outros locais.

O dado acima está no mais recente estudo do Departamento Econômico do Sintrajud que revela a enorme disparidade entre o número de processos e de servidores do TRT-2 com a Justiça Trabalhista em nível nacional, uma situação que acontece há anos. O estudo completo está em www.sintrajud.org.br.

O estudo demonstra que embora entre 2007 e 2010 o percentual de servidores da JT de São Paulo em relação à JT nacional tenha aumentado em 0,45%, o crescimento está muito longe de ser considerado significativo. Principalmente porque, em 2010, dos 24 tribunais trabalhistas, o TRT-2 foi aquele que teve o maior número de processos recebidos, julgados e em resíduo.

Para o economista Wa-

Os 24 TRTs e o TST têm em média 76,03 processos novos recebidos por servidor

No TRT-2 a média é de 105,89, havendo 29,85 processos a mais por servidor do que a média nacional. Uma diferença de



Servidores em vara do trabalho na Barra Funda: excesso de trabalho que a administração não vê

O TRT-2 é responsável por 15,54% dos processos recebidos, 15,29% dos processos julgados e 21,90% dos processos em resíduo no país.

Compare:

Em 2007, o número de processos recebidos era de

72,08 média nacional p/servidor.

no TRT-2 era de 110,37

ou seja, 38,29 (53,12%) processos a mais por servidor.

Nos processos julgados em 2007 situação era semelhante a 2010:

JT 71,36

TRT-2 105,72

34,37 (48,16%) processos a mais por servidor.

shington Moura Lima, coordenador do Departamento Econômico do Sintrajud e autor do estudo, para que houvesse um nivelamento de trabalho, o TRT-2 teria que nomear 1.654 novos servidores. Dado ignorado pelo presidente do tribunal, Nelson Nazar, ao estipular a extensão do horário de atendimento em duas horas e meia sem garantir as devidas condições de trabalho à categoria.

Os números do estudo mostram que houve uma pequena evolução nas médias comparativas entre 2007 e 2010. Na opinião do economista, isso simplesmente aconteceu em função da imensa pressão exercida pelos servidores e do próprio Sintrajud para tentar me-

lhorar esse quadro. No período houve diversas mobilizações, reuniões e negociações com a Administração do Tribunal e a cúpula da JT, no Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), e do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

A diretora do Sintrajud e servidora do fórum Ruy Barbosa Leica Silva destaca que apesar do maior volume processual do país, o TRT-2 obteve primeiro lugar nas categorias Performance Jurisdicional e Performance em Execução, avaliadas pelo Conselho Superior de Justiça (CSJT). “Receber esse prêmio é mais uma prova do esforço cotidiano dos servidores para que o atendimento seja célere, os processos re-

solvidos, mesmo que as condições não sejam as melhores, e que a carga de trabalho seja maior que a de qualquer outro tribunal”, disse, lembrando da greve de 20 dias feita pelos servidores contra a ampliação do horário do balcão sem as devidas condições de trabalho.

O reflexo

Segundo Washington, quem se beneficia com a falta de servidores são os empresários que desrespeitam a legislação trabalhista. Quando um processo chega a sua fase de execução, na pior das hipóteses, o empresário terá que pagar aquilo que deveria ter feito antes. Além disso, a política de conciliações sugere, e em muitos casos, força o trabalhador a realizar acordo, abrindo mão de partes de seus direitos.

“Manter o quadro como está é favorecer as empresas que desrespeitam a legislação trabalhista. Desta forma, os prejudicados são os trabalhadores, ou seja, aqueles que tiveram seus direitos lesados”, afirma o economista. O estudo mostra que os setores com mais ações trabalhis-

tas são indústria, comércio e transporte, que juntos, representam 40% das reclamações.

Metas

O economista também critica a política de metas imposta pelo CNJ, que parte de uma ideia de baixa produtividade do Poder Judiciário. “A situação é inversa. O Judiciário Federal, a Justiça do Trabalho e o TRT-2, são altamente produtivos, basta ver a média de 104 processos por servidor, no Tribunal do Trabalho de São Paulo”.

Pesquisa recente do Instituto Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), mostrou que a população reprovou o Poder Judiciário, não só pela sua morosidade, mas também nos quesitos imparcialidade e honestidade.

“Se CNJ prioriza as metas, com a estrutura bastante deficitária como está, principalmente em termos do quadro de servidores e magistrados, isso mostra que a Cúpula do Judiciário, não está em sintonia com os anseios da maioria do povo, que procura celeridade, mas especialmente qualidade nas decisões”, finaliza.

Artigo

Luta pela garantia da revisão anual de salários

Sintrajud tem Mandado de Injunção no STF que busca assegurar direito à revisão anual de salários. Garantia do direito depende da combinação da pressão da luta e atuação judicial

Adilson Rodrigues

Todos os contratos e preços na economia, como aluguel, mensalidade escolar, planos médicos, telefone, tributos etc, estão atrelados a algum índice, o que garante ao menos uma vez por ano a atualização dos seus valores, com garantia da reposição das perdas inflacionárias havidas, sendo que vários deles - como se verifica na atual tentativa de aumento do contrato do plano médico do TRF e JF - sobem muito além da inflação.

Apenas os contratos de trabalho não gozam de idêntica garantia de reposição automática da inflação nos salários dos trabalhadores, sendo que aos servidores têm sido negados até o direito à data-base e negociação, instrumentos que

têm se mostrado fundamentais para assegurar às categorias da iniciativa privada a reposição de ao menos parte das perdas inflacionárias de cada ano.

Desde sua fundação, o Sintrajud vem atuando em várias frentes para garantir a atualização dos salários dos servidores, organizando medidas de enfrentamento que passa desde a prestação de greves conjuntas com todo o funcionalismo pela cobrança do respeito à data base, criação de formas alternativas de negociação, como foi a elaboração de Planos de cargos e Salários (PCS) no âmbito interno do Judiciário, até a atuação na via judicial, onde vem buscando assegurar a garantia do direito de revisão anual dos salários.

Foto Jesus Carlos



Sindicato tem mandado de injunção

Sintrajud já entrou com Mandado de Injunção (MI 2410) junto ao STF desde fins de 2010, onde postula seja assegurado a todos os seus associados índice de indenização calculado com base no INPC acumulado de cada ano que o governo deixou de conceder a revisão anual de salários. A ministra Carmen Lucia, designada relatora do nosso MI, pediu vistas em processo sobre o mesmo tema, em recente julgamento iniciado naquela corte, que trata de ação intentada pelos policiais de São Paulo, no qual foi suscitada repercussão geral (decisão alcança todos os demais processos idênticos, inclusive o nosso), logo após apresentação do voto do relator do caso, ministro Marco Aurélio que, acolhendo os argumentos que defendemos, reconheceu o direito e deferiu o pedido na íntegra, chegando a chamar, na leitura de seu voto, de deboche e escárnio a postura do governo de contínuo desrespeito à Constituição.

Escaldados com a postura subserviente do STF ao governo em vários julgamentos, a nova diretoria do Sintrajud vai cobrar a retomada do julgamento já iniciado, com a devolução do processo pela ministra Carmen Lucia, com a devida pressão e cobrança para garantir o reconhecimento deste que é um direito fundamental que vem sendo sistematicamente negado aos servidores.

Combinar a atuação judicial com a pressão direta da direção e categoria sobre o Judiciário é a política que reivindicamos, que já se mostrou exitosa em mais de um momento, como na ação dos 11,98%.

* Adilson é servidor da JF/Santos, integra a Coordenação-Geral do Sintrajud.

Foto Junior Araujo



Marcha a Brasília no dia 16 de junho, que teve caravana do Sintrajud

Em agosto, pressão sobre Brasília

Mobilizações e greve abriram espaço para disputa pela inclusão do PCS no orçamento, o que dá às atividades nacionais previstas para agosto grande relevância na luta para derrubar o congelamento

Por Hécio Duarte Filho

A luta pela aprovação do PCS-4 e contra o congelamento salarial não vai parar: calendário aprovado na reunião da federação nacional (Fenajufe), em Brasília, prevê atividades já na primeira semana de agosto, mês que terá particular importância pela possível definição de como fica a Lei Orçamentária Anual de 2012 (LOA).

As mobilizações e a greve – que se mantém na Bahia e Mato Grosso – não conseguiram arrancar o acordo para aprovação e implantação do PL 6613/2009, mas abriram um processo de negociação e disputa que ainda não se encerrou e que, apesar das dificuldades, fatalmente não existiria sem a movimentação da categoria.

O ofício enviado pelo presidente do Supremo Tribunal Federal ao presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara, deputado Claudio Alberto Castelo Branco Puty (PT-PA), foi sem sombra de dúvida o gesto mais contundente do ministro Cezar Peluso em defesa do projeto desde que ele foi enviado ao Congresso, em 2009. Mas incapaz de forçar a votação da proposta na comissão, mesmo que num ato simbólico à espera de um acordo com o Planalto.

O ofício parece conter certa irritação do presidente do STF, cuja legalidade do projeto por ele enviado fora contestada por uma nota mais burocrática e política do que técnica da assessoria da Comissão de Finanças. Nele, Peluso defende a prerrogativa do Supremo para tratar da questão e promete incluir o PCS-4 na proposta orçamentária do Judiciário a

Foto Jesus Carlos



Mobilização pelo PCS-4 no TRF, em São Paulo

ser enviada à Secretaria de Orçamento e Finanças do Ministério do Planejamento. Faz ainda uma lembrança relevante ao criticar o fato de a nota ‘técnica’ omitir que a Lei Orçamentária de 2011 já prevê a possibilidade de criação de crédito suplementar para o PCS já neste ano.

Planejamento: sem resposta

A movimentação tardia do presidente do STF não consegue ainda abafar o longo período de omissão e silêncio. Da reunião pós-eleição com Lula, jamais ocorrida, até o ofício aos deputados, passaram-se oito meses. No início de junho, Peluso se encontrou com a ministra do Planejamento, Miriam Belchior, numa reunião em que o PCS teria sido o principal assunto. Segundo informações da própria direção do STF, a ministra prometera dar uma resposta em uma semana. Mais de um mês depois, o assunto caiu no silêncio profundo, como se a reunião não tivesse existido. Questionado, o secretário de Recursos Humanos do Supre-

mo, Amarildo Vieira de Oliveira, disse que a resposta ainda estava em aberto. Um assessor direto da ministra, porém, afirma que não há resposta porque o caso está nas mãos da presidenta Dilma Rousseff.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2012, já aprovada, não é obstáculo para o PCS: lá está prevista a possibilidade de inclusão do projeto na LOA. A possível inclusão da previsão de recursos para o projeto no orçamento do Judiciário não garante a aprovação da proposta, mas seria um largo passo nesse sentido.

No ano passado, o Supremo afirmou que enviara a previsão ao Planejamento, mas depois se descobriu que isso não ocorreu. Em Brasília, já circula a informação de que o governo pressiona para que a previsão não seja incluída. As mobilizações previstas para agosto – com manifestações na Comissão de Finanças, no STF e no Planejamento – terão a missão de empurrar Peluso para um enfrentamento que, até aqui, ele preferiu passar ao largo.

Governo adia resposta sobre política salarial e data-base do funcionalismo

Planejamento, porém, já sinalizou que intenção do governo é não ceder e seguir investindo em negociações por setor

Segmentar e dividir

O governo de Dilma Rousseff ainda não apresentou a resposta que ficou de dar sobre as reivindicações salariais do funcionalismo, em debate na mesa de negociação instalada no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. A reunião em que este seria o ponto principal da pauta foi transferida, a pedido do ministério, de sexta-feira (15) para o dia 21 de julho.

Não há, no entanto, grandes expectativas quanto à resposta que o secretário de Recursos Humanos, Duvanier Paiva Ferreira, deverá dar aos representantes das entidades de servidores neste encontro. Os servidores querem de imediato reajuste de 14,17%, resultante da soma do índice da inflação de 12 meses, pelo IPCA, com a variação do PIB (Produto Interno Bruto) no período, com a data-base fixada no simbólico 1º maio, dia mundial das lutas dos trabalhadores.

Está longe de ser tarefa fácil restabelecer a reposição linear e a data-base. A última vez que isso ocorreu foi em 1995, 16 anos atrás, portanto. De lá para cá, prevaleceu uma política salarial que navega entre nada de reajuste e as reposições setoriais, por meio de reestruturações de plano de cargos e de carreiras. No Judiciário Federal e MPU, que agora patinam no PCS-4, foram três as reestruturações em 15 anos.

A política de fragmentação das reposições começou ainda no primeiro mandato do governo de Fernando Henrique Cardoso e se consolidou com Lula. De imediato, ela pressiona o funcionalismo a abandonar ações conjuntas e, assim, partir para campanhas isoladas. Por não aplicar reajustes lineares, cria ainda uma ilusão – trabalhada por sucessivos governos – de reajustes muito maiores do que na prática são. É o que ocor-

re hoje, por exemplo, com o PL 6613/2009 do Judiciário, divulgado como reajuste médio de 56% mas que terá impacto em torno de 26% na folha salarial.

Exclusão de aposentados

Por fim, tal política de reajustes segmentados, baseada na maioria dos setores em aumento ou novas gratificações, está sempre flertando com a exclusão total ou parcial de aposentados e pensionistas. Gratificações variáveis baseadas em critérios de produtividade e desempenho, até aqui barradas no Judiciário, não nascem para todos – para o Planalto, aposentado não produz mais nada.

O caso do INSS expõe em números e em drama o resultado dessa política. Os servidores aposentados têm acesso a apenas 50% de uma gratificação que ocupa quase três quartos do contracheque. O resultado é que o previdenciário quando vai se apo-

sentar se depara com a realidade de que, doravante, passará a receber pouco mais de 60% da sua remuneração na ativa, sem considerar perdas decorrentes da taxa-ção previdenciária e do fim do auxílio-alimentação. “É algo que está levando os servidores do desespero, as pessoas ficam doentes mas não se aposentam”, afirma o servidor Paulo Américo, dirigente do sindicato da categoria.

Na última reunião em Brasília, Duvanier pintou um quadro cinza para todos os cenários, mas deu a entender que o governo prefere negociar de forma segmentada, segundo relato do servidor Paulo Barela, que participa das negociações pela CSP-Conlutas (Central Sindical e Popular). Respeitar as negociações específicas sem abandonar a data-base e a construção da luta conjunta, num ano em que já aconteceram três marchas à Brasília, é um desafio para o funcionalismo. (HDF)

Luta continua em agosto

Dia 3: ato na sessão da Comissão de Finanças da Câmara;



Dia 10: vigília nacional no STF pela inclusão do PCS na LOA;



Dia 24: ato no STF e no Planejamento, em conjunto com outros setores;



Dia 25: reunião ampliada da Fenajufe.



Sem quórum, Câmara não vota PL que ataca a aposentadoria e servidores ganham tempo

Governo pressiona para aprovar projeto que acaba na prática com aposentadoria integral de novos servidores e que pode ter reflexos sobre todo funcionalismo



Foto Wladimir Aguiar

Servidores contra a reforma da Previdência no Congresso, em agosto de 2003

Por Hécio Duarte Filho

O funcionalismo ganhou um pouco mais de tempo para a campanha contra o projeto de lei que, na prática, acaba com a aposentadoria integral no serviço público e coloca nas mãos do mercado financeiro a previdência dos novos servidores. Por falta de quórum, o PL 1992/2007 não foi votado na Comissão de Trabalho, Administração e Serviços Públicos (Ctasp) do dia 13 de julho, como queria o governo.

O projeto cria o fundo de previdência complementar dos servidores e regulamenta o item constitucional que pôs fim à aposentadoria integral, limitando-a para novos servidores ao teto do Regime Geral da Previdência, que regula os benefícios do INSS.

Mas especialistas alertam que, embora atinja diretamente novos servidores, a tendência é que, caso seja aprovada, a mudança tenha reflexos num futuro próximo na previdência de todo o funcionalismo. Isto porque especialistas avaliam

que, caso passem a vigorar dois modelos distintos de previdência no setor público, mais cedo ou mais tarde o governo tentará mexer nos direitos de quem ainda está enquadrado no regime integral, que entrará em extinção.

É a segunda vez que o governo tenta colocar a proposta em votação na Ctasp sem sucesso. No dia 13 de abril, a matéria acabou retirada de pauta por decisão unânime dos deputados após servidores, que participavam de uma marcha da categoria a Bra-

Sintrajud sediará reunião do funcionalismo da campanha contra a taxaço das aposentadorias

A Frente Nacional São Paulo pelas PEC 555 e 270, integrada por sindicatos e associações de servidores, fará na segunda-feira (25), às 14h, reunião no auditório do Sintrajud para decidir como será a campanha no segundo semestre. “Queremos colocar essas PECs na pauta do Congresso neste semestre. Uma das ações planejadas é uma caravana para Brasília no final de agosto para exigir que sejam votadas”, disse a coordenadora do Núcleo dos Aposentados do Sintrajud Ana Fervereiro.

Ela afirma que a taxaço dos inativos foi um grande ataque sobre os servidores aposentados, que veio com a reforma da Previdência de 2003. “A cobrança de contribuição previdenciária foi uma das atitudes das mais cruéis diante dos aposentados, muitos já estavam aposentados e não contavam e nem tinha porque pagar mais nada. Se a PEC 555 for aprovada, uma grande injustiça será corrigida”, afirmou. Participe da reunião e fortaleça esta luta. (VC)

sília, lotarem o plenário onde acontecia a sessão. Na sessão da semana passada também havia servidores acompanhando a votação, entre eles representantes do Judiciário Federal.

Mesmo em menor número do que na marcha de abril, o peso da campanha unificada do funcionalismo, que expôs a insatisfação do setor com o projeto, também ‘pressiona’ os parlamentares.

O PL 1992 é tratado como

prioridade pelo governo de Dilma Rousseff, que é criticado pelas lideranças sindicais por forçar a votação da proposta apesar desse item ser um dos pontos em debate na mesa de negociação instalada no Ministério do Planejamento. Servidores que acompanharam a sessão relatam que é grande a pressão do governo para votar o projeto, que já foi incluído na pauta da sessão da Comissão de Trabalho do dia 3 de agosto.

ENTREVISTA

Para pesquisadora, assédio é usado como estratégia de gestão

Psicóloga dedicada a casos de adoecimento no trabalho, Débora Glina diz que análise de casos mostra que assédio tem relação com estratégias e que assediador nunca está sozinho

A psicóloga Débora Miriam Raab Glina, da Medicina do Trabalho da Universidade de São Paulo (USP), concluiu que o assédio moral é usado por empresas como um instrumento para obter determinados resultados. “Não é um comportamento aleatório, é uma estratégia mesmo”, afirma, com base na observação de casos que atende no Serviço de Saúde Ocupacional, do Hospital das Clínicas. Mestre-doutora em psicologia social pela PUC de São Paulo, Débora disse ao jornalista Hécio Duarte Filho, do *Jornal do Judiciário*, que os sistemas de metas e avaliações de desempenho adotados no setor público ou privado não valorizam o trabalhador, mas “números frios”. A entrevista foi concedida durante a “Conferência Internacional Sobre Assédio Moral e Outras Manifestações de Violência no Trabalho”, organizado ano passado pelo Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal do Rio (UFRJ). A seguir, trechos da entrevista:

Jornal do Judiciário - Dos casos de adoecimento no trabalho que você atende é possível tirar alguma conclusão?

Débora Glina - Analisando esses casos já deu para perceber que o assédio é como se fosse uma estratégia que a pessoa usa. Dependendo de que desencadeou o as-

sédio - sempre tem alguma coisa que desencadeou, algum fato, alguma situação que a partir dali começou a acontecer o assédio. O que eu percebi é que dependendo de qual foi a situação que desencadeou, vai ter uma estratégia diferente da empresa, que dá até mais ou menos para prever. Quando é uma mudança



de chefia a empresa tem uma série de comportamentos com os trabalhadores para conseguir um fim diferente, por exemplo, de quando a pessoa descobre uma fraude dentro da empresa. Não é um comportamento assim aleatório. É uma estratégia mesmo, é proposital, dá para perceber claramente isso quando você analisa os casos em conjunto, não caso por caso. Os casos em conjunto começam a mostrar uma coisa diferente. O assédio não acontece por atos isolados como as pessoas às vezes acreditam.

Qual o objetivo desta estratégia?

O objetivo depende do que desencadeou. A [nova] chefia, por exemplo, o que ela quer? Ela quer acabar com tudo que uma chefia anterior fez e colocar a pessoa no esquema dela. O tipo de comportamento que ela vai fazer com as pessoas é para conseguir isso, é uma estratégia com um objetivo específico. No caso de uma denúncia de

Na verdade, é usado pela empresa como um instrumento. Há um autor que diz que o assédio moral é a gestão de pessoas por outras formas. Não posso mandar embora, não posso fazer isso, não posso fazer aquilo... Você sabendo qual vai ser a estratégia, qual vai ser o objetivo da estratégia que vai se configurar em várias formas de assédio, você pode [agir].

O chefe imediato, o gerente, ele então não age à revelia da empresa?

Não, é sempre dentro de um contexto em que ele está apoiado, ele nunca está sozinho nisso.

‘Tenho casos que fico preocupada se o cara vai se matar ou vai matar o chefe’

fraude, eu tenho que neutralizar o cara. Os comportamentos são diferentes, e os objetivos também.

Pelo que você diz, o assédio é um instrumento...

Este clima que se estabelece, ‘tem que conseguir a meta’, de ser mal visto pelos colegas se não consegue, isso pode ser caracterizado como assédio?

TRF/JF impõe pacote com aumento abusivo e tenta empurrar servidor para o “mercado” da saúde

Aumento plano de saúde gera indignação e campanha para derrubar medida; nova assembleia sobre mobilização contra medida acontece dia 21

Com a falsa justificativa de melhorar as condições do plano de saúde Amil atualmente oferecido aos servidores do TRF e da JF da capital e grande São Paulo, a administração do tribunal baixou comunicado que caiu como uma bomba sobre os servidores no último dia 13. O comunicado alega que, para promover o equilíbrio orçamentário de suposto déficit de recursos destinados à saúde e manter os serviços, terá que fazer mudanças que elevam substancialmente o valor dos gastos de cada servidor com o plano médico-hospitalar.

A medida ocorre num momento onde os servidores enfrentam problemas de saúde, intensificados com a carga excessiva de trabalho e a pressão para cumprimento de metas instaladas no tribunal e Justiça Federal.

A administração do tribunal tem feito constantes aumentos no valor de contribuição dos servidores para manutenção do plano médico nos últimos anos, tendo chegado às raias do absurdo neste ano, onde além de conceder reajuste em percentual excessivo, ainda impõe unilateralmente mudanças na forma de custeio, instituindo a co-participação compulsória quando do uso de quase todos os procedimentos. O sindicato também impõe nova



Assembleia em frente ao TRF: reação contra o aumento no plano de saúde

As medidas impostas pelo TRF

- Reajuste da tabela retroativo a abril/2011;
- Co-participação de 20% no custo de consultas ambulatoriais em consultórios médicos e pronto-socorro, exames básicos e especiais e procedimentos básicos e especiais dos planos da Amil, extensiva ao Amil Blue Gold do agregados;
- Possibilidade de migração e opção pelo Plano Amil Blue Gold;
- Campanha de adesões e alterações de plano com exceção para os planos Amil 160 e com restrição para adesão ao plano de agregados;

- Campanha para reintegração à operadora Amil e aos credenciados do pró-Social que deverá incluir todo o grupo familiar;
- Nova tabela de participação do Pró-Social nas áreas de odontologia e saúde integral para 60%, para utilizações ocorridas a partir de 1º de agosto, independentemente da faixa salarial;
- No caso de manutenção de déficit orçamentário, poderá ser necessária a adoção de medidas adicionais, com eventual aumento da participação do servidor nos custos da assistência médica.

tabela de custeio dos servidores no pró-social, para 60%.

Como se não bastassem todas estas imposições, a administração do TRF afirma que poderão ser tomadas medidas mais severas, como novo aumento da participação do servidor no custeio da assistência médica e alteração no padrão dos planos oferecidos.

Com estas medidas impostas unilateralmente, a administração do tribunal quer jogar todo o ônus para resolver o alegado “equacionamento orçamentário e a manutenção dos serviços” sobre os servidores, lavando as mãos de qualquer medida para garantir um plano médico-hospitalar de qualidade.

Diante deste quadro, o sindicato convocou a categoria para assembleia urgente, realizada na porta do TRF no último dia 15 de julho, que contou com a presença de mais de

Servidor não deve buscar solução individual, aderindo a qualquer outro plano. Administração tem o dever de garantir solução coletiva.

200 servidores, onde o tema foi debatido e foi eleita uma comissão composta por diretores do sindicato, diretores de base e servidores, para buscar solução do problema junto à administração do tribunal.

No mesmo dia da realização da assembleia, foi protocolado ofício no tribunal solicitando agendamento de audiência com a presidência, bem como foi requerida a entrega de cópia do contrato de assistência médica celebrado com Amil, relatórios de custos, receitas, número de beneficiários, procedimentos realizados, descrição detalhada dos tipos de planos médicos com os correspondentes números/relações de beneficiários destes e rede credenciada. A audiência requerida com o presidente Roberto Haddad não foi agendada até o presente momento, nem foram encaminhados ao sindicato os documentos requeridos, o que está sendo objeto de cobrança direta junto à administração.

‘O assédio não acontece por atos isolados como as pessoas às vezes acreditam, é uma estratégia’

Pode. Eu investiguei uma situação de um processo do Ministério Público de uma empresa, me pediram para avaliar se estava tendo assédio ou não. E eu assisti a reuniões em que vendedores eram chamados atenção em público por não cumprir a meta. Chamar a atenção em público, expor a pessoa por ela não estar cumprindo a meta, isso é assédio. E a meta em si muito elevada, fora das possibilidades, pode levar a situação de assédio.

Os processos de avaliação de desempenho estão dentro desse rol...

A avaliação de desempenho está dentro disso. Exigir uma produtividade que a pessoa não dá conta, atrelar isso em prêmio para fazer as pessoas correrem que nem loucas para conseguir, é um sistema perverso. Mas a perversidade não está numa pessoa ou outra, ela está no sistema como um todo. As avaliações

são feitas em cima de resultados quantitativos: quanto de meta você cumpriu, quantas pessoas você atendeu, quanto tempo ficou fora da ligação, quanto recuperou para a empresa, é tudo quantidade. Só que o trabalho não é isso. No trabalho do cara lá da cobrança, não é só conseguir promessa de pagamento. Ele tem que dar uma informação, ele tem que explicar as coisas para o cliente. Coisas que fazem parte do trabalho, [mas] não valem um ponto para a nota. A avaliação só vê número, número é frio, é cru. As pessoas não querem só dinheiro, prêmio, as pessoas querem um elogio, querem ser vistas.

Com base nesse seu longo período de experiência, até onde o sofrimento no trabalho pode levar uma pessoa no campo dos transtornos mentais?

Olha, o que me preocupa bastante nos casos que eu pego são as possibilidades do suicídio e homicídio. Tenho muitos caos que eu fico extremamente preocupada que o cara vai se matar ou que ele vai matar o chefe. Porque tem caso que eu saio de lá e fico pensando: ‘vou ter que dar uma controlada para ver o que esse cara vai aprontar’, a situação está tão ruim que ele está neste ponto.

Em caso de assédio, procurar o sindicato

O Coletivo de Saúde do Sintrajud busca ampliar a campanha de combate ao assédio moral. Dentre as ações desenvolvidas, o coletivo mantém convênio com o Serviço de Saúde Ocupacional do Hosp. das Clínicas (HC), referência no país em doenças relacionadas ao trabalho. No Sintrajud, a psicóloga Ana Paula Lopes, que assessora o sindicato, orienta e encaminha os casos de atendidos no Plantão da Saúde do Trabalhador, às quintas. Informações da agenda com Ana, no Jurídico (11 - 3222 5833).

Sindicato também cobra solução do CJF

A direção do Sintrajud contatou a secretária-geral do Conselho da Justiça Federal, Eva Maria de Barros, para buscar uma solução para o problema do plano de Saúde em São Paulo. Segundo Antonio Melquíades, diretor do sindicato e da federação nacional (Fenajufe), ela disse que a resposta inicial de um pedido de aumento nas verbas da saúde teria sido negado pela Secretaria de Orçamento e Finanças no Ministério do Planejamento. Mas disse que ainda está em estudo um possível reajuste conjunto dos auxílios alimentação, saúde e creche. O contato com a secretária-geral foi por telefone, tendo sido solicitada uma audiência com urgência.

Sintrajud recebe abaixo-assinado do movimento pró-subsídio

Os diretores do Sintrajud receberam no dia 11 de julho na sede do sindicato um grupo de servidores do TRE, principalmente do interior de SP, adeptos ao subsídio. Eles entregaram um abaixo-assinado, com 359 assinaturas, em que pedem a consulta online sobre a mudança da forma de remuneração e questionaram a posição do sindicato, favorável ao PCS.

Os diretores do Sintrajud esclarecem que todas as consultas já realizadas junto à categoria mostram que a maioria dos servidores é a favor do PL original.

Vem aí a 7ª Copa de futebol Society do Sintrajud

Inscrições de times para o campeonato, que ocorrerá em agosto e setembro, podem ser feitas até o dia 29 de julho

Atenção boleiros de plantão: estão abertas as inscrições para a 7ª Copa de Futebol Society do Sintrajud. Os interessados devem formar seus times e se inscreverem até o dia 29 de julho, por telefone, basta ligar para (11) 3222.5833 e falar com o departamento sócio-cultural.

Cada equipe deverá conter no mínimo nove atletas e no máximo 15. Obrigatoriamente, para o time ser inscri-

to, metade dos jogadores devem ser sindicalizados. Os servidores não sindicalizados terão que pagar R\$ 60,00 pela inscrição no torneio.

As partidas ocorrerão nos meses de agosto e setembro,

durante a semana, no período noturno. A grande final será num sábado (ainda sem data definida), quando acontecerá um churrasco para confraternização da categoria.

Fomentar a aproximação e

criação de elos entre os servidores dos diferentes tribunais e incentivar a prática de esportes são objetivos deste evento, que já virou tradição na categoria. Monte a sua equipe, defina sua tática e venha participar.



Foto Wladimir Aguiar

Amigos do JEF (de preto) enfrenta o Bororoska na semifinal da Copa de 2009, vencida pelo Dubbar

Divirta-se em julho com os convênios do Sintrajud

Servidores associados podem aproveitar o mês de férias nos parques da cidade com preços promocionais.

No Playcenter, os ingressos variam de R\$ 32 a R\$ 49,90, e no Mundo da Xuxa o passaporte familiar para quatro pessoas custa R\$ 129 e o individual R\$ 45, no Aquário de São Paulo o ingresso custa R\$ 27 (adulto) e R\$ 18 (infantil).

Os preços podem sofrer alterações, por isso, ligue no departamento Sócio Cultural do Sintrajud no telefone (11) 3222-5833, entre 10h e 19h, para mais informações.

Artigo

No mês do Rock, relembremos a história da luta Jonh Lennon contra a Guerra do Vietnã

Nos anos 1970, um dos maiores compositores da história transforma a sua arte numa arte contra a violência, o racismo e a guerra

Caê Batista

Entre o final dos anos 1960 e 8 de dezembro de 1980, quando fora assassinado em Nova York, ele compôs algumas das melhores canções de rock, provavelmente as mais belas, do século XX. Ah sim, antes disso, junto com outros três rapazes de Liverpool, John Lennon compôs as melhores canções de rock do século XX.

Desde o começo dos anos 1960 o mundo estava sendo convulsionado. Em julho 1965, Bob Dylan choca o mundo musical com a estréia de "Like a Rolling Stone", sua primeira gravação com guitarra em punhos, em vez do tradicional violão. A música em si é uma síntese de uma geração que despertou para um mundo cercado por guerras e opressões. O jornalista Greil Marcus define que naquele ano, nos EUA, ouvir algumas canções era reconhecer que o mundo por trás delas era um mundo de racismo, guerra, ganância, fome e mentiras. "Parecia que tudo podia acontecer na arena pop", diz em seu livro "Like a Rolling Stone, Bob



Dylan na Encruzilhada".

Foi num contexto ainda mais tenso que Lennon e Yoko desembarcaram em Nova York, 1969; para ficar. Com o fim dos Beatles, atribuído à sua relação com Yoko Ono, Londres já não é um bom lugar para o casal: "Éramos constantemente agredidos", lembra a artista no documentário "Lennon NYC".

No começo dos 1970, os EUA estavam atolados até o pescoço na Guerra do Vietnã, e a população americana, principalmente os estudantes, já se organizava contra a intervenção militar. Na época, o saldo de mortos entre os soldados americanos

era de 300 por semana, o dobro de mutilados. Para os vietnamitas, é claro, o saldo era bem maior.

Da liberdade de John Sincliar à luta contra Nixon

Prisões, agressões, crimes por racismo eram comuns nos EUA daquele começo dos 1970. Uma perseguição que levou à cadeia o poeta e ativista por direitos civis Jonh Sincliar. Ele foi líder de White Panther Party, um grupo militante antirracista criado com o objetivo de ajudar os Panteras Negras.

Sincliar havia sido condenado a 10 anos por posse de dois cigarros de maconha, e um primeiro protesto por sua libertação tinha acontecido no festival de Woodstock, durante o show do The Who, em 1969. Dois anos mais tarde, Lennon e Yoko participam do "Free John Now Rally", uma reunião de shows e discursos pela liberdade de Sincliar. Seria só mais um protesto, mas, desta vez, com a presença de um ex-beatle, aquele movimento teve tamanha repercussão que, logo depois, o ativista saiu da cadeia.

Em 1972 aconteceriam as eleições presidenciais, onde, pela primeira vez, os jovens com até 18 anos poderiam votar. O problema para os ativistas pelos direitos civis era conseguir a adesão em massa da juventude – notoriamente contrária à guerra do Vietnã – para votar. E foi justamente isso que Lennon, junto com Yoko, se propôs a fazer: uma turnê americana contra a guerra, chamando os jovens a participarem da eleição, votando contra a guerra.

O resultado dessa campanha poderia determinar o

resultado das eleições, e a possibilidade de ter um ex-beatle à frente dela tirou o sono do então presidente Nixon, candidato à reeleição. O governo dos EUA inicia uma ilegal perseguição contra John Lennon, tentando extraditá-lo, o que só veio a ser solucionado em 1975, depois da queda de Nixon, no escândalo Watergate.

Mais do que um ativista, ou militante, ao se engajar politicamente Lennon acabou transformando as suas próprias canções em um meio de refletir e transformar o mundo ao seu redor. Ele fez de sua obra (discos, encartes, capas) sua arma contra o racismo, a violência e a guerra. Concluo este artigo, que é uma homenagem à importância do rock em um conturbado momento da história do século XX, com as palavras do compositor Michel Pisaro sobre a música daquele tempo: "Ela oscila entre tentar registrar o sismo iminente e tentar fazê-lo acontecer. É aí que a canção reivindica seu direito à eternidade".

*Jornalista do Sintrajud.